

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO LOCAL

ARIANE DEBASTIANI

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: ariane.debastiani@grad.ufsc.br

LEONARDO FLACH

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: leonardo.flach@gmail.com

LUÍSA KARAM DE MATTOS

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: luisakmattos@gmail.com

Resumo

As políticas públicas para a educação superior foram instituídas a fim de oportunizar às classes menos favorecidas o ingresso em universidades e, assim, diminuir a desigualdade quanto à obtenção de um diploma de nível superior. Neste sentido, o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituído pelo Decreto n. 5.800/2006, tem a finalidade de ampliar o acesso de pessoas do interior do país aos cursos de ensino superior, por meio da Educação a Distância – EaD e parcerias com universidades públicas. O objetivo do presente trabalho é analisar os efeitos da oportunidade de ingresso em cursos superiores, propiciados pelo programa UAB, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, em suas três dimensões: IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda. Para tanto, coletou-se os dados de IDHM de 293 municípios de Santa Catarina, dos anos de 2000 e 2010. O método de pesquisa utilizado é de natureza quantitativa, em que se empregou o modelo estatístico de regressão linear simples para análise das informações. Busca-se verificar se essa política pública criada pelo Governo Federal, ao promover o acesso e a interiorização da educação superior, proporcionou melhorias na qualidade de vida da população, na educação e nos níveis de desenvolvimento econômico local.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Superior; Desenvolvimento; IDHM.

1. Introdução

Os países mais desenvolvidos e com melhor qualidade de vida são aqueles que investem no acesso à educação, de maneira justa e igualitária à população. O poder público tem um papel fundamental na formulação de políticas públicas para expandir o ingresso aos cursos superiores, especialmente para aqueles com poucas condições financeiras, e com isso melhorar a perspectiva de vida dessas pessoas e, conseqüentemente, ocasionar o crescimento social e econômico do país.

As instituições de ensino superior têm papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, porquanto são os grandes responsáveis pela disseminação do conhecimento (FERREIRA; LEOPOLDI, 2013).

Nesse passo, Moraes (2010, p. 549) menciona que para alcançar o desenvolvimento, é indispensável fomentar à educação de qualidade, com base em uma política de pesquisa científica avançada, na fronteira do conhecimento. Esta precisa ser exigente e contínua, porque nesse campo não se pode improvisar; a criação de quadros científicos e tecnológicos, bem como a disseminação do espírito dedutivo e experimental,

são processos longos, demorados, mas a descontinuidade pode destruir em meses o trabalho de várias décadas. Há também a necessidade de uma política de capilarização da informação e da capacitação tecnocientífica, algo que se desenvolve por meio de programas de educação, de difusão e de extensão (rural e industrial), programas que tornem familiar a convivência com os seres da tecnologia e da ciência.

No Brasil, é notória a relação inversamente proporcional entre renda e grau de escolaridade da população. Essa situação enfatiza a necessidade de uma profunda mudança, especialmente no que tange à utilização e à distribuição de recursos financeiros, de maneira clara e eficiente, em políticas educacionais no país (SOUZA *et al.*, 2014).

Por outro lado, na última década, pode-se perceber, no Brasil, a criação de políticas públicas que buscam oportunizar aos estudantes de camadas econômicas menos favorecidas, o ingresso em cursos de graduação, e assim, amenizar as desigualdades ligadas às classes sociais, que até então dominavam o ensino superior do país (BROCCO, 2017).

Várias ações foram instituídas pelo Governo Federal a fim de ampliar o acesso à educação superior e a permanência dos estudantes nas universidades. Como exemplos, pode-se citar: o sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.

Dentre as políticas desenvolvidas pelo poder público visando promover o ingresso ao ensino superior no Brasil, destaca-se o programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, instituído pelo Decreto n. 5.800/2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País".

O sistema UAB, ao ofertar cursos superiores as mais diversas regiões do país, através da Educação a Distância – EaD, proporcionou que grupos sociais muitas vezes excluídos, em razão da indisponibilidade de tempo e de recursos, tivessem a oportunidade de obter um título de graduação (MORAES, 2010).

De acordo com informações da Universidade Aberta do Brasil (2018), o programa UAB “conta com 109 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), ofertando 800 cursos em 771 polos”, o que demonstra envolvimento e interação das três esferas governamentais.

Desta forma, considerando a estreita relação entre o desenvolvimento socioeconômico de uma localidade e o grau de instrução de sua população, busca-se esclarecer o seguinte problema de pesquisa: Qual a influência do acesso à educação superior na melhoria de perspectivas de vida da população, na educação e nos níveis de desenvolvimento econômico local?

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar os efeitos do ingresso em cursos superiores, propiciados pelo sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, em suas três dimensões: IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda.

O desenvolvimento socioeconômico de uma população está intimamente ligado à educação disponibilizada aos cidadãos. Isso porque, é notório que os países com maior crescimento são aqueles que investem intensamente no sistema educacional, proporcionando conhecimento e qualificação técnica às pessoas.

Nesse sentido, o Governo Federal criou algumas políticas públicas a fim de diminuir as desigualdades sociais e democratizar o acesso e a permanência dos alunos em cursos de educação superior, que possibilitem a inserção no mercado de trabalho e propiciem a melhoria na qualidade de vida.

O sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB é um importante mecanismo de promoção e interiorização dos cursos de graduação, uma vez que utiliza-se da metodologia de educação a distância, e possibilita que grupos menos favorecidos tenham a oportunidade de obter o diploma de nível superior.

De fato, as políticas públicas são fundamentais para a expansão do ensino superior, bem como para a permanência dos alunos nas instituições, sendo, muitas vezes, a única maneira encontrada por inúmeros estudantes para ingressar na graduação.

A importância deste estudo justifica-se pela necessidade de certificar-se de que as ações afirmativas, especificamente o programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, estão cumprindo com os objetivos para os quais foram criadas. Assim, permitirá averiguar se existe “uma forte relação entre acesso à educação superior e aumentos nos níveis de desenvolvimento municipal” (SOUZA *et al.*, p. 75, 2014).

2. Referencial Teórico

A fim de fundamentar a presente pesquisa, este tópico discorrerá acerca do referencial teórico, que tratará das políticas públicas voltadas ao ensino superior e do programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, bem como apresentará trabalhos que abordam o tema em questão.

2.1 Políticas Públicas para a Educação Superior

O modelo de ensino superior no Brasil, localizado nos grandes centros urbanos, sempre priorizou as elites, ou seja, somente as pessoas de classe social mais elevada tinham acesso às universidades (ROTH *et al.*, 2013).

Conforme elucidam Gomes e Moraes (2012), a década de 80 caracteriza-se por mudanças lentas e graduais com relação ao processo de redemocratização do país, especialmente com a eleição presidencial em 1989. O período compreendido entre os anos de 1990 e 1994 foi marcado por indefinições no tocantes às políticas públicas, em que pese os progressos democráticos.

Contudo, nas últimas décadas, muitos estudantes brasileiros, de camadas econômicas menos favorecidas, tiveram a oportunidade de ingressar em um curso de graduação por meio de políticas públicas, dedicadas a diminuir a desigualdade, que até então imperava no ensino superior do país (BROCCO, 2017).

Em 1995, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência do Brasil, cujo mandato durou até 2002, tem-se o início do processo de mudança de um sistema educacional de elite para um sistema de massa, com investimentos em políticas voltadas para a expansão das instituições de ensino superior, com foco no setor privado e intensificação no número de matrículas (GOMES; MORAES, 2012).

Ainda de acordo com Gomes e Moraes (2012), ao assumir o governo em 2003, Luis Inácio Lula da Silva dá sequência a esse processo de ampliação, com a instituição de políticas públicas focadas na inserção dos alunos nas instituições de educação superior.

Esse panorama da evolução do ensino superior no Brasil, demonstra a intenção do poder público em ampliar o acesso dos estudantes às universidades, por meio de políticas públicas, considerando sua responsabilidade de disponibilizar educação a todos e com isso promover o desenvolvimento social e econômico do país.

Dentre as políticas públicas relacionadas à educação superior pode-se citar o Programa Universidade para Todos – Prouni, criado em 2004, com o objetivo de ampliar o ingresso às universidades, por meio de bolsas de estudos. Segundo Souza e Menezes (2014,

p. 617), o referido programa tem a “função de promover a expansão do acesso da população de baixa renda a esse nível de ensino”.

Outra política pública bastante difundida é o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, proposto em 2007, que fomenta as instituições federais em sentido mais amplo, permitindo um maior de vagas e a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para todos. Os principais objetivos do Reuni é diminuir as desigualdades sociais e promover a inclusão da população menos favorecida (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017).

Ademais, como exemplos de políticas de ingresso à educação superior pode-se mencionar: o aumento de oferta de cursos superiores noturnos, as cotas específicas para determinado grupo, em razão de sua raça ou condição socioeconômica, cotas para alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escola pública, programas para inclusão de pessoas com deficiências, com disponibilização de vagas exclusivas, entre outros.

Por fim, destaca-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, tema do presente artigo, implementado em 2006, cujo ponto central é expansão da oferta de cursos superiores às localizadas mais distantes do país (JUNIOR e NOGUEIRA, 2014).

2.2 Sistema Universidade Aberta do Brasil

É fato que a educação está intimamente ligada ao desenvolvimento social e econômico de uma nação, e que o Estado tem grande responsabilidade acerca desse assunto. Assim, é necessário o investimento público em ações que visem a expansão e a permanência dos alunos no ensino superior de qualidade.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB foi instituído pelo Decreto n. 5800/2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País" (UAB, 2018).

Nesse sentido, Hernandes (2017), discorre a Universidade Aberta do Brasil – UAB como importante instrumento público para promover e expansão os cursos de graduação na modalidade a distância e, assim, amenizar a disparidade de oferta em diversas regiões brasileira.

Conforme disposto no art. 1º do Decreto n. 9057/2017, a educação a distância é:

A modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Para Souza *et al.* (2014) a educação a distância é uma ferramenta de grande utilidade para a ampliação da oferta de cursos de graduação, com relevante papel na inclusão social das pessoas que dela se utilizam, uma vez que difunde conhecimento e informação aos mais diversas localidades do país.

Arruda e Arruda (p. 322, 2015), por sua vez, salientam que o ensino a distância proporciona o aumento de matrículas, “uma vez que as limitações físicas e estruturais se tornam menos relevantes, já que grande parte do processo de ensino e aprendizagem ocorre em espaços escolhidos pelos alunos para desenvolverem seus cursos”.

Os objetivos do Sistema UAB estão definidos no parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 5800/2006, quais sejam:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

O Sistema UAB preconiza a articulação e a interação entre as três esferas de governo. Isso porque, se constitui por uma rede, com a parceria entre: o Governo Federal, que coordena e controla o sistema; as Instituições de Ensino Superior, que disponibilizam os cursos, sendo responsáveis pelo modelo pedagógico e operacional; e os Estados e Municípios, que fornecem a estrutura física, os chamados Polos de Apoio Presenciais (JUNIOR; NOGUEIRA, 2014).

Em relação aos Polos de Apoio Presenciais, Alonso (2010), evidenciam que esses espaços físicos devem dispor de salas de aula, bibliotecas, laboratórios e equipamentos de informática com acesso à internet que possibilitem a comunicação entre o polo e a instituição.

Junior e Nogueira (2014) complementam que nesses pólos são:

[...] realizadas as aulas presenciais e vídeo conferências previstas nos cursos, bem como provas e outros trabalhos e atividades presenciais. Além disso, atuam nos Polos Coordenadores e Tutores Presenciais, que são remunerados por bolsas fornecidas pela União, sendo o Coordenador do Polo cargo de confiança do Município patrocinador do mesmo e os Tutores selecionados pelos cursos a que estão vinculados.

O Ministério da Educação – MEC é o órgão responsável quem pela regulamentação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, por meio normais legais que definem as regras de funcionamento, metas, recursos financeiros, entre os requisitos para sua implantação (UAB, 2018).

É evidente a necessidade de democratizar a educação gratuita e de qualidade aos estudantes que almejam o ingresso no ensino superior, sendo a educação a distância uma excelente ferramenta para a alcançar esse objetivo.

Contudo, a implementação da educação a distância deve ser pautada em projetos pedagógicos consistentes, que considerem as limitações dessa modalidade de ensino. Para tanto, deve dispor, no processo de ensino/aprendizagem, de ferramentas tecnológicas inovadoras, a fim de garantir a qualidade do ensino (HERNANDES, 2017).

Corroboram Nascimento e Vieira (2016) ao dispor que com a inserção das Instituições Federais de Ensino Superior nessa nova modalidade de ensino, faz-se necessário entender suas particularidades, no tocante ao desenvolvimento e ao aprimoramento de novas tecnologias de informação e comunicação. Nesse passo, o sistema UAB apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de comunicação e conhecimento (UAB, 2018).

De acordo com informações da Universidade Aberta do Brasil (2018), “[...] ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)”.

Ainda, segundo dados divulgados no portal da Universidade Aberta do Brasil (2018), o Sistema UAB está presente em 771 polos de apoio presenciais em diversos municípios brasileiros, em que são oferecidos 800 cursos, em parceria com 109 instituições ensino superior públicas, federais e estaduais. Em Santa Catarina, a educação a distância

alcança 34 municípios, com 3 instituições participantes (IFSC, UDESC e UFSC), que ofertam, ao todo, 29 cursos.

2.3 Trabalhos similares e correlatos

Outros estudos já abordaram o programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, em especial, no que tange a sua importância como política pública de universalização do ensino superior e de promoção ao desenvolvimento econômico e à inclusão social.

Neste tópico são apresentadas as pesquisas, cujas bases teóricas fundamentaram e contribuíram para a elaboração do presente artigo. Contudo, necessário frisar que trata-se, em sua grande maioria, de pesquisas qualitativas.

Através da análise de documentos elaborados pelo Ministério da Educação – MEC, dados de Resumos Técnicos de Censos do Ensino Superior e outras publicações acerca do assunto, Alonso (2014) busca evidenciar distorções e problemas no processo de instauração da educação a distância, bem como aponta a necessidade de avaliar essa política pública.

Da mesma forma, no artigo “A expansão do ensino superior no Brasil e EaD: dinâmicas e lugares”, publicado em 2010, por meio da análise de documentos que tratam da educação à distância no país, especificamente o decreto que a regulamenta e os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, a autora avalia a expansão dessa modalidade e sua forma de organização.

Hernandes (2017), investiga a legislação e documentos oficiais que regulamentam a educação a distância no Brasil, bem como a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB como política pública de expansão, democratização e interiorização do Ensino Superior público. Ademais, estuda o papel do tutor no processo de ensino e aprendizagem dos cursos superiores a distância, em documentos da Capes/UAB e também do Fundo para Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Já Arruda e Arruda (2015) promovem uma discussão sobre o histórico de políticas públicas de fomento à Educação a Distância – EaD e suas implicações para a democratização da educação no Ensino Superior no Brasil.

As especificidades da Educação a Distância – EaD também foram objeto de estudo, a fim de identificar os desafios para a institucionalização dessa modalidade de ensino, por meio de pesquisa participante, considerando tratar-se de amostra não probabilística intencional (NASCIMENTO; VIEIRA, 2016).

Assumpção, Castro e Chrispino (2018), por sua vez, com base em documentos e legislações que tratam de regulamentação, principais características e aspectos gerais da EaD, buscaram traçar um panorama geral sobre os programas do Estado nessa modalidade de ensino, apresentando a experiência do Consórcio Cederj/Fundação Cecierj.

Na pesquisa intitulada “Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação”, Junior e Nogueira (2014) buscam identificar as características e as dificuldades para o desenvolvimento do programa Universidade Aberta do Brasil, e as possibilidades de avaliação dessa política pública.

A análise dos impactos no desenvolvimento local gerados pelo acesso ao ensino superior, proporcionado pelo Sistema UAB, foi o objetivo de Ferrugini *et al.* (2013), tendo como base cidades mineiras com baixo índice de desenvolvimento municipal.

Por seu turno, Souza *et al.* (2014), realizaram um estudo empírico nos 853 municípios de Minas Gerais, a fim de justificar a importância de políticas públicas ligadas à educação superior como mecanismo de desenvolvimento socioeconômico.

A partir dos estudos supramencionados, percebe-se a relevância do sistema

Universidade Aberta do Brasil para promoção e interiorização dos cursos de graduação.

Cumprir citar, que o trabalho de Souza *et al* (2014) será usado como base da presente pesquisa, em razão da utilização de metodologia quantitativa para análise de dados.

3. Método de pesquisa

A fim de verificar a influência do acesso à educação superior na melhoria da perspectivas de vida da população, na educação e nos níveis de desenvolvimento econômico local, foi realizado um estudo empírico nos 293 municípios de Santa Catarina. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar os efeitos do ingresso em cursos superiores no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, em suas três dimensões: IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda.

Imperioso mencionar, em que pese o estado de Santa Catarina possuir 295 municípios, que os dados coletados referem-se ao CENSO e ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2010, ou seja, anterior a emancipação dos municípios de Pescaria Brava e de Balneário Rincão, em 2012 e 2013, respectivamente.

Trata-se de um estudo descritivo de caráter quantitativo, que busca investigar o impacto de variáveis educacionais (independentes) no desenvolvimento municipal (dependente), a fim de verificar o papel das políticas públicas relacionadas ao ensino superior como no desenvolvimento socioeconômico.

Com relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, pois se utilizou outros estudos para a fundamentação teórica e coleta de dados secundários, contidos na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e na base de dados do Atlas Brasil, por meio das seguintes variáveis:

Quadro 1: Variáveis da Pesquisa

Nome da Variável	Conceito
População economicamente ativa com curso superior completo (PEACSC)	Representa a parcela da população economicamente ativa com formação superior nos 293 municípios pesquisados. A escolha dessa variável se justificativa pela necessidade de identificar se há correlação positiva entre o total da população ativa com instrução superior e o aumento nos índice: IDHM-Renda, IDHM-Longevidade, IDHM-Educação e IDHM-Geral.
Total da população frequente em cursos de graduação e especialização (PFCGE)	Essa variável foi criada a partir da soma de outras duas variáveis: (a) total de pessoas que frequentavam cursos de graduação e (b) total de pessoas que frequentavam cursos de especialização, tendo como base o censo demográfico de 2010. A utilização dessa variável visa a complementar a hipótese de que maiores níveis de acesso à educação superior tendem a aumentar os níveis de crescimento socioeconômico.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Trata-se de uma variável usada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para refletir a capacidade dos municípios oferecerem à população capacidades e oportunidades para uma vida melhor, tanto na dimensão econômica, como na dimensão humana e social. Cabe ressaltar que esse índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento municipal.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda (IDHM-Renda)	Trata-se de um componente do IDHM relacionado à geração e distribuição de riqueza. Esse indicador reflete a renda mensal <i>per capita</i> da população capaz de garantir um padrão de vida com acesso às necessidades básicas, como água, alimento e moradia. Cabe ressaltar que esse índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento municipal no componente renda.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Saúde (IDHM-Longevidade)	Trata-se de um componente do IDHM relacionado à esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões

	de mortalidade observados no ano de referência. Assim, representa a expectativa de vida da população gerada pela melhoria na qualidade de vida. Cabe ressaltar que esse índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento municipal no componente longevidade.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação (IDHM-Educação)	Trata-se de um componente do IDHM relacionado à dimensão “acesso ao conhecimento”. Esse índice é medido pela composição de dois subíndices: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. Esse indicador não considera o acesso à educação superior, o que torna importante explorá-lo para avaliar o impacto do acesso à educação superior em outros níveis educacionais. Cabe ressaltar que esse índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento municipal no componente educação.

Fonte: Elaboração própria.

Com o intuito de facilitar a compreensão das variáveis, as siglas mencionadas acima foram transportadas para a Tabela 1.

Tabela 1: Siglas das variáveis

Nome da variável analisada	Sigla da variável analisada
População economicamente ativa com curso superior completo	PEACSC
Total da população frequente em cursos de graduação e especialização	PFCGE
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	IDHM
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda	IDHM-Renda
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Saúde	IDHM-Longevidade
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação	IDHM-Educação

Fonte: Elaboração Própria

Inicialmente, o presente estudo utilizou como base a pesquisa de Souza *et al.* (2014), que empregou a técnica de regressão múltipla, para avaliar a relação entre o acesso à educação superior e os índices de desenvolvimento humano nos 853 municípios de Minas Gerais.

Contudo, considerando a multicolinearidade entre as variáveis independentes (PEACSC e PFCGE), conforme verifica-se na Tabela 2, pelo alto grau de correlação entre as referidas variáveis, foi necessário alterar o modelo desta pesquisa.

Tabela 2: Correlação entre as variáveis

	IDHMY	IDHMRe~Y	IDHMLo~Y	IDHMEd~Y	PEACSCX1	PFCGEX2
IDHMY	1.0000					
IDHMRe~Y	0.8910	1.0000				
IDHMLo~Y	0.7531	0.6656	1.0000			
IDHMEducaoY	0.9336	0.7113	0.5494	1.0000		
PEACSCX1	0.3925	0.3843	0.2233	0.3798	1.0000	
PFCGEX2	0.4099	0.3943	0.2393	0.3979	0.9933	1.0000

Fonte: Elaboração própria

Assim, utilizou-se o modelo de regressão linear simples, uma vez que nessa técnica “temos apenas uma variável explicativa” (FÁVERO *et al*, p. 100, 2014), com a seguinte equação:

$$y = \alpha + \beta x + \mathcal{E}$$

Em que:

y: é a variável dependente;

x: é a variável explicativa;

α e β : são parâmetros de regressão

\mathcal{E} : termo de erro da regressão.

3.1 Modelagem de regressão

A fim de averiguar a relação entre o acesso ao ensino superior e os índices de desenvolvimento humano municipais foram utilizados modelos de regressão linear simples, considerando a análise separada das variáveis independentes.

A expansão e a democratização do acesso à educação promove o desenvolvimento socioeconômico da nação, acarreta melhoria na renda, ameniza as desigualdades sociais e proporciona melhor qualidade de vida à população (VIANA; LIMA, 2010). Nesse contexto, parte-se do pressuposto que a oportunidade de ingresso em curso superior eleva o IDHM, e portanto, espera-se um coeficiente de relação positivo entre as variáveis.

Quanto à correlação entre a educação de nível superior, representada pelas variáveis PEACSC e PFCGE, e o IDHM-Renda, acredita-se que os coeficientes serão positivos, uma vez que a expansão do ensino superior tende a elevar a produtividade da região, aumentando o grau de riqueza da sociedade (BARROS; MENDONÇA, 1997).

Em relação ao acesso à educação superior e o IDHM-Longevidade, considerando que a inclusão educacional diminui as desigualdades sociais e eleva os níveis de expectativa de vida, segundo Barros e Mendonça (1997), a hipótese é que exista uma correlação positiva entre as variáveis.

Conforme preconizam Viana e Lima (2010), a qualificação técnica dos indivíduos influencia diretamente no desenvolvimento econômico, ao tornar as pessoas mais

produtivas e, conseqüentemente melhor remuneradas. Nesse passo, da mesma forma, espera-se uma correlação positiva entre a educação de nível superior e o IDHM-Educação.

4. Análise dos resultados

Os resultados das análises das regressões são apresentados nas tabelas abaixo, destacando-se os coeficientes de regressão e os níveis de significância de cada modelo. Na Tabela 3 são apresentados os resultados da modelagem sobre o efeito do acesso à educação superior no IDHM.

Tabela 3: Efeito do acesso à educação superior no IDHM

Variável dependente: IDHM			
Variáveis independentes	Coeficientes	Razão-t	Valor p
PEACSC	0,0066678	4,40	0,000
R-quadrado ajustado	0,1541		
Variável dependente: IDHM			
Variáveis independentes	Coeficientes	Razão-t	Valor p
PFCGE	0,0127159	5,20	0,000
R-quadrado ajustado	0,1680		

Fonte: Elaboração própria

Os valores de R-quadrado ajustado indicam a porcentagem das variações nos índices de desenvolvimento humano (dependentes) que podem ser explicada pelo acesso à educação (independentes). Segundo Fávero (p. 103, 2014) “variação do comportamento de [...] explicado pelo comportamento de [...]”. Na Tabela 4 são apresentados os resultados da modelagem sobre o efeito do acesso à educação superior no IDHM-Renda.

Tabela 4: Efeito do acesso à educação superior no IDHM-Renda

Variável dependente: IDHM-Renda			
Variáveis independentes	Coeficientes	Razão-t	Valor p
PEACSC	0,0067174	5,47	0,000
R-quadrado ajustado	0,1477		
Variável dependente: IDHM-Renda			
Variáveis independentes	Coeficientes	Razão-t	Valor p
PFCGE	0,012592	6,35	0,000
R-quadrado ajustado	0,1555		

Fonte: Elaboração própria

Por meio da análise dos resultados exibidos nas Tabelas 3, 4, 5 e 6, verifica-se uma correlação positiva entre as variáveis. Isso porque, quando se aumenta o número de variáveis independentes, tanto PEACSC quanto PFCGE, os índices de desenvolvimento humano (IDHM, IDHM-Renda, IDHM-Longevidade e IDHM-Educação) elevam-se. Na Tabela 5 são apresentados os resultados da modelagem sobre o efeito do acesso à educação superior no IDHM-Longevidade.

Tabela 5: Efeito do acesso à educação superior no IDHM-Longevidade

Variável dependente: IDHM-Longevidade			
Variáveis independentes	Coeficientes	Razão-t	Valor p
PEACSC	0,0027762	2,82	0,005
R-quadrado ajustado	0,0499		

Variável dependente: IDHM-Longevidade			
Variáveis independentes	Coefficientes	Razão-t	Valor p
PFCGE	0,0054036	3,34	0,001
R-quadrado ajustado	0,0572		

Fonte: Elaboração própria

Ademais, pode-se dizer que existe uma relação estatisticamente significativa, com 99% de confiança, porquanto o *p-valor* apresentou, em todos os modelos, valor abaixo de 0,1. Na Tabela 6 são apresentados os dados do Efeito do acesso à educação superior no IDHM-Educação.

Tabela 6: Efeito do acesso à educação superior no IDHM-Educação

Variável dependente: IDHM-Educação			
Variáveis independentes	Coefficientes	Razão-t	Valor p
PEACSC	0,0095927	4,31	0,000
R-quadrado ajustado	0,1443		
Variável dependente: IDHM-Educação			
Variáveis independentes	Coefficientes	Razão-t	Valor p
PFCGE	0,0183179	5,04	0,000
R-quadrado ajustado	0,1584		

Fonte: Elaboração própria

Ainda, importante salientar que todos os coeficientes estão abaixo de 0,8, o que implica dizer que não há multicolinearidade entre as variáveis independentes e as respectivas variáveis dependentes.

5. Considerações finais

O investimento em educação é primordial para o desenvolvimento social e econômico de um país. Nesse sentido, Viana e Lima (2010), discorrem que a capacitação técnica e o aprimoramento dos indivíduos, proporcionados pelo acesso ao ensino de qualidade, tem impacto significativo na renda dos trabalhadores, e desta forma, traz benefícios para economia como um todo.

Para Severino (p. 68, 2000), a educação precisa passar por uma modificação, em que deverá ser vista como um “processo de construção, ou seja, uma prática mediante a qual os homens estão se construindo ao longo do tempo”.

Souza *et al.* (2014) corroboram ao dispor que o ensino superior é um importante instrumento para capacitar as pessoas para o mercado de trabalho, elevar a produtividade, estimular mudanças nas empresas, promover empregos e melhoria na renda do trabalhador, e assim, contribuir para o desenvolvimento regional.

O crescimento econômico surge por meio da ação humana, diretamente influenciada por sua qualificação profissional. Assim, as regiões que possuem a população com grau de escolaridade mais elevado são aquelas que terão maiores possibilidade de crescimento. Por outro lado, os locais com níveis educacionais baixos, tendem a não prosperar (VIANA; LIMA, 2010).

Assim, fica evidente a necessidade de investimento em políticas públicas voltadas a educação superior, a fim de expandir o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades e com isso promover um aumento nos índices de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB é um relevante instrumento para a democratização e interiorização do acesso à educação superior,

oportunizando aos moradores de regiões longínquas do país o ingresso aos cursos universitários.

Além disso, a modalidade de ensino a distância permite um aumento na oferta de vagas, uma vez que há menores limitações físicas e estruturais e maior flexibilidade de horários de estudo. Outra questão bastante relevante é a quantidade de cursos ofertados, por meio de renomadas instituições públicas de ensino.

Por fim, considerando a relevância do tema, sugere-se, para os próximos trabalhos, a aplicação em outra região brasileira, com IDHM diversos daqueles apresentados no presente estudo, a fim de comparar os resultados. Além disso, indica-se analisar os impactos ocasionados às cidades com a instalação de Polos de Apoio Presenciais, eu ofertam cursos de graduação e pós graduação a distância.

Referências

ALONSO, K. M. A EaD no Brasil: sobre (des)caminhos em sua instauração. **Educar em Revista**, ed. n. 4, p. 37-52, 2014.

_____. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010.

ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v.31, n.03, p. 321-338, 2015.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Investimentos em educação e desenvolvimento econômico. 1997. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BRASIL. **Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB**. Decreto n. 5.800, 08.06.2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Decreto n. 9.057, 25.05.2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2010. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BROCCO, A. K. “Aqui em casa a educação é muito bem-vinda”: significado do ensino superior para universitários bolsistas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 248, p. 94-109, 2017.

CENSO 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 24 jun. 2018

FÁVERO, L. P. **Métodos Quantitativos com Stata**. 1ª. ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2014

FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A. A Contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista GUAL**, v. 6, n. 1, p. 60-82, 2013.

FERRUGINI, L.; SOUZA, D. L.; SIQUEIRA, M.; CASTRO, C. C. Educação a distância como política de inclusão - um estudo exploratório nos polos do Sistema Universidade Aberta do Brasil em Minas Gerais. **Revista GUAL**, v. 6, n. 2, p. 01-21, 2013.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. Educação superior no Brasil Contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012.

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.25, n. 95, p. 283-307, 2017.

JUNIOR, G. C. P.; NOGUEIRA, V. M. R. Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 19, n. 1, p. 227-249, 2014.

LAMERS, J. M. S.; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, n. 33, p. 1-26, 2017.

MORAES, R. C. C. Educação a distância e efeitos em cadeia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 547-559, 2010.

NASCIMENTO, J. P. R.; VIEIRA, M. D. G. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 91, p. 308-336, 2016

ROTH, L.; ESPÍNDOLA, A. M. S.; SANTOS, V. O.; DORION, E. C. H.; FACHINELLI, A. C.; SEVERO, E. A. A estrutura do ensino superior no Brasil. **Revista GUAL**, v. 6, n.3, p. 111-126, 2013

SOUZA, D. L.; JUNIOR, L. G. C.; FERRUGINI, L.; MEDEIROS, N. C. D. Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: como esses construtos se relacionam? **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 89, p. 75-87, 2014.

SEVERINO, A. J., Educação Trabalho e Cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **Perspectivas**, vol.14, n. 2, 2000.

SOUZA, M. R. A.; MENEZES, M. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 609-634, 2014.

Programa Universidade para Todos – PROUNI. **Portal Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Portal Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.